

Primeiro Plano



Banco de Portugal Maior gastador

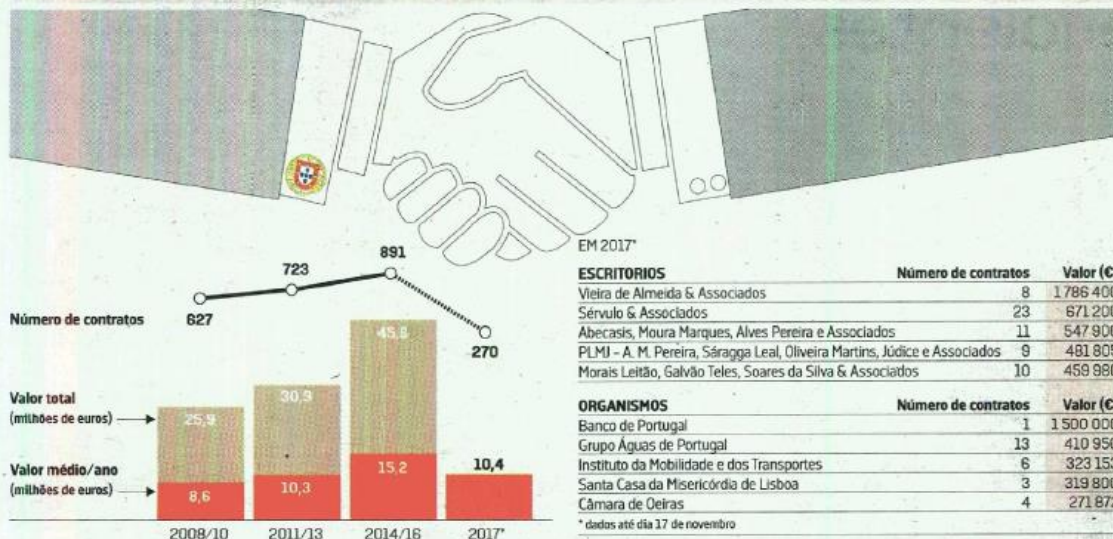
O Banco de Portugal é o organismo público que mais dinheiro gasta em assessoria jurídica. Os contratos publicados entre 2014 e 2017 somam já 11,9 milhões de euros. Tudo por causa do BES e do Novo Banco.



Vieira de Almeida O que mais ganha

A Vieira de Almeida & Associados é o escritório que mais dinheiro tem recebido de entidades públicas. Desde 2014, já ganhou cerca de oito milhões de euros. No triénio anterior, o líder da tabela era a Sérvulo & Associados.

Estado • evolução dos gastos em consultoria jurídica



FONTE: CÁLCULOS IN COM BASE NO PORTAL BASE DOS CONTRATOS PÚBLICOS. INFOGRAFIA IN

Despesa pública Gastos em assessoria jurídica externa têm aumentado desde o triénio 2008/2010

Advogados custam 15 milhões por ano

João d'Espiney
joao.espiney@dinheirovivo.pt

Os organismos públicos gastaram, em média, 15,2 milhões de euros por ano em contratação externa de assessoria jurídica entre 2014 e 2016, o que representa mais 4,9 milhões do que no triénio anterior e quase o dobro do registado entre 2008 e 2010.

Esta é a principal conclusão da análise do JN/Dinheiro Vivo com base nos contratos publicados no portal Base. Um número que até peca por defeito, uma vez que, por um lado, muitos serviços do Estado não publicam os seus procedimentos de aquisição de bens e serviços no portal dos contratos públicos, e, por outro, a pesquisa do JN/DV não abrangeu to-

dos os contratos com todos os escritórios de advogados. Isto por que o valor dos contratos apurados numa pesquisa inicial pelas palavras "assessoria/consultoria jurídica" era claramente reduzido, tendo em conta alguns dos contratos conhecidos, nomeadamente do Banco de Portugal (liquidação do BES e Fundo de Resolução do Novo Banco) e do Metropolitano de Lisboa (no processo instaurado pelo banco Santander por causa dos contratos swap).

Os totais agora apurados (ver infografia) resultam de uma segunda pesquisa pelos números de contribuinte das principais sociedades de advogados.

A análise do JN/DV permitiu concluir que a média de contratos

celebrados no período em análise (2014 a 2016) foi de 891, mais 168 do que no triénio 2011/13 e mais 264 do que entre 2008/10.

O ano recorde foi 2015

O ano em que os organismos públicos mais gastaram em assessoria jurídica foi 2015 (18,4 milhões em 300 contratos) e 2016 (17,7 milhões em 358). Estes valores resultam, em grande parte, dos vários contratos celebrados pelos já referidos Banco de Portugal e Metropolitano de Lisboa, mas também dos assinados pelas várias empresas do Grupo Águas de Portugal.

Em 2017, e de acordo com a pesquisa efetuada aos contratos publicados até ao último dia 17, já foram celebrados 270 contratos

de aquisição de serviços externos de assessoria jurídica no valor global de 10,4 milhões de euros. O Banco de Portugal lidera, mais uma vez, a lista dos organismos públicos que mais gasta neste tipo de consultoria, com 1,5 milhões de euros em apenas um contrato com a Vieira de Almeida & Associados. Esta sociedade de advogados volta a ser a que mais ganha com um total de 1,7 milhões em oito contratos. Nos últimos quatro anos, só em 2015 é que este escritório não liderou a tabela dos que mais ganham. Nesse ano foi a sociedade Lipman Karas, que pela elaboração da defesa do Metro de Lisboa na ação judicial intentada pelo Banco Santander Totta, em Londres, recebeu três milhões. ●

flash:



Luís Sousa
Fundador da Transparência e Integridade, prof. ICS Lisboa

"Há um conflito de interesses evidente"

O Estado gasta cada vez mais em assessoria jurídica externa. Vê aqui algum problema?

É preciso sempre ver a dimensão de cada Governo. Os Executivos menores têm normalmente tendência a procurar mais pareceres técnicos externos. Mas o problema de fundo é o conflito de interesses evidente e o risco de captura do poder regulatório.

Como se concretiza esse conflito de interesses? Basta ver o problema que resulta de os escritórios de advogados terem simultaneamente como clientes o Estado, que é o regulador, e os privados, que são os regulados. Há também o caso dos deputados no ativo que estão, ao mesmo tempo, no mercado dos pareceres jurídicos. Muitas leis do país são redigidas por estes escritórios, que depois vendem pareceres sobre esses mesmos diplomas.

Mas não há juristas capazes no Estado?

Muitas vezes, até há. Os responsáveis governamentais é que nem procuram dentro de casa. Seja como for, temos decapitado o topo das administrações públicas de cada vez que há eleições. Deixou de existir um corpo técnico estável e qualificado que sirva os vários governos e dispense a consultoria externa.

Paulo Morais 16 decisões favoráveis em tribunal

Num total de nove processos judiciais interpostos por pessoas e empresas que se sentiram lesadas por acusações de tráfico de influência ou difamação, Paulo Morais já recebeu 16 decisões a seu favor. É o caso das duas ações interpostas pela sociedade de advogados Sêrvulo Correia, que interveio na elaboração do Código dos Contratos Públicos e que ganhou milhões do Estado, para elaborar pareceres. Nos dois casos, a Relação deu razão a Morais.



Acumulação Polémica sem fim

Há anos que se discute se um deputado pode trabalhar numa sociedade de advogados envolvida na criação de leis ou defendida os interesses de empresas privadas em negócios que envolvam entidades públicas. O tema continua polémico.

Advogados Ordem quer exclusividade

O bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme de Figueiredo, quer definir quais são as profissões incompatíveis com a advocacia, mas remete para o Estatuto dos Deputados o tema da acumulação de funções com o Parlamento.

Cinco casos Com um pé na política e outro no escritório

Somar trabalho jurídico a cargos eleitos



ANTÓNIO VITORINO

É na sociedade de advogados Cuatrecasas que trabalha desde 2005, ano em que arrancou o seu último mandato no Parlamento (suspensão em 2006). O antigo secretário de Estado, ministro e comissário e deputado europeu esteve envolvido numa polémica, levantada pelo PCP: é que a sociedade de advogados representava a Galp em negociações com uma petrolífera italiana ENI. Foi ilibado pela Comissão Parlamentar de Ética.

Privatizações, bancos e nomeação polémica



JOSÉ LUÍS ARNAUT

Estreou-se como deputado eleito em 1999 e, pouco depois, deu o nome à CMS Rui Pena e Arnaud. O ex-vice-presidente do PSD e ministro participou na privatização dos CCT, de que o Goldman Sachs é acionista. Numa decisão polémica, em 2014 foi nomeado para o banco americano. Este mês soube-se que a sociedade tem lucrado com a REN, em cuja privatização participou e é administrador. A REN diz não haver incompatibilidade.

Uma sociedade em torno da área da Defesa



MATOS CORREIA

Deputado desde 1999, o seu perfil no site do Parlamento diz que é advogado na CMS Rui Pena e Arnaud. Foi presidente da Comissão da Defesa, cargo também desempenhado por Arnaud (Rui Pena foi ministro da Defesa de Guterres). De acordo com Paulo Morais, uma das especializações da sociedade de advogados é a Defesa. Matos Correia também já foi governante, nos anos 80 e 90, e vice-presidente do PSD.

Escritório próprio e líder de comissão de inquérito



AGUIAR BRANCO

Dá o nome à sua própria sociedade de advogados – a JPAB & Associados – e cumpre o quarto mandato consecutivo na Assembleia da República, eleito pelo Porto. Em 2009, foi líder do grupo parlamentar do PSD. Já foi ministro da Justiça e da Defesa Nacional. Mais recentemente, fez parte da Comissão Política do PSD. Preside à mais recente comissão de inquérito da CGA, sobre a nomeação de António Domingues.

Cinco mandatos de deputado e firma com o seu nome



MOTA SOARES

Mota Soares foi deputado pela primeira vez em 1999, ano em que deixou a presidência da Juventude Popular. Presidiu ao grupo parlamentar do CDS durante a governação de Sócrates e foi ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. No partido, ocupou o cargo de vice-presidente e secretário-geral. Há uma década, com Nobre Guedes, criou a sociedade de advogados que mostra o nome dos dois políticos.

Novos limites para deputados na advocacia

ESTATUTO A margem de manobra de deputados eleitos à Assembleia da República que mantêm atividade profissional como advogados será reduzida, a partir de janeiro. Os partidos com assento parlamentar já apresentaram os seus argumentos e vão agora tentar

aproximar posições para que seja alterado o Estatuto do Deputado. Olhando para as propostas já discutidas na comissão para o reforço da transparência no exercício de funções públicas, parece mais provável um entendimento entre o PS e a Direita do que a con-

tinuação do acordo, à Esquerda, que sustenta o Governo. É que o BE e o PCP defendem que a profissão de advogado é incompatível com a de deputado, adiantou o deputado bloquista José Manuel Pureza. A proposta do Bloco vai, até, mais longe ao propor que as funções de deputado sejam exercidas em regime de exclusividade, tal como o são as de membro do Governo, juízes ou presidente da República. Esta opção não é defendida pelos outros partidos, que admitem a acumulação de funções, mas com mais limites. Por exemplo, neste momento, está proibido de litigar contra o Estado, mas tanto o PS quanto o PSD e o CDS admitem travar qualquer tipo de intervenção ou relação com entidades pú-

blicas. Nesta matéria, as três propostas são praticamente iguais, proibindo o deputado de trabalhar como consultor ou assessor jurídico, na elaboração de pareceres ou participação na elaboração de diplomas legislativos. Estão aqui envolvidos não só o Estado Central, como autarquias ou empresas e institutos públicos; e não só ações judiciais do foro cível, como diz hoje o Estatuto do Deputado, mas sim ações de qualquer foro: tributário, administrativo, criminal, entre outros. O deputado socialista Delgado Alves admite, também, que as limitações abrangem só não o deputado, mas também a sociedade a que pertence. "Como é que se faz sem prejudicar os outros sócios? Talvez obrigando a suspender a

quota, será preciso estudar", disse. O social-democrata Fernando Negrão, que preside à comissão, adiantou que o PSD está "aberto à discussão", desde que se mantenha a acumulação de funções, ainda que com mais fiscalização pelo Tribunal Constitucional. "Não queremos que o Parlamento se transforme numa casa de funcionários públicos ou membros das estruturas partidárias", disse. "Não é razoável vedar aos deputados o acesso a uma carreira", afirmou Delgado Alves. As propostas foram discutidas em maio, mas as férias, depois as autárquicas e agora o Orçamento de Estado levaram à suspensão dos trabalhos. Fernando Negrão admite que em janeiro possa ser levada a votação. ALEXANDRA FIGUEIRA